

Política social e educação (III)

MARÇAL VERSIANI

A sabedoria de Jean-Jacques Rousseau nos ensinou que a profissão do homem é viver: qualquer profissionalização será adestramento de animais, ou mecanização de funções orgânicas num homem que ainda não aprendeu a viver. E Rousseau falava numa época em que a educação era um processo que tinha sua idade privilegiada, correspondendo ao que chamamos hoje (ainda) de faixa etária de escolarização: Emílio atinge a educação consumada, a do coração do homem livre, aos 24 anos.

O filósofo do Século das Luzes não imaginava que chegaria uma época em que, ao sabor da competição econômica, a maioria da Humanidade entraria numa profissão sem ter tido oportunidade de qualificar-se com essa qualificação essencial, a de homens: os pobres, porque a condição miserável da família os compele a se tomarem como unidades de produção, tão logo comecem a dar conta de si (a entrada Jacaré de uma libra foi o presente de muito pai nordestino ao filho que completava sete anos); os ricos, porque, consumindo incessantemente, multiplicaram as dependências muito além do exigido pela subsistência e pelo desenvolvimento, de tal sorte que dificilmente terão tido, no limiar da idade dita madura, a experiência da vida como dom, gratuidade e potencialidade (tudo foi relação de troca, com um preço para tudo). Se Rousseau quisesse educar, na Idade Industrial, teria de cogitar muito mais de reeducação coletiva do que efetivamente cogitou: uma das críticas mais severas que uma Margaret Mead faria à sofisticada educação norte-americana seria à pretensão desta, de ensinar o que pensar a quem não tinha sequer aprendido como pensar.

A multiplicação das especializações exacerbou a divisão social do trabalho, criando contrafações de identidade pessoal: somos todos uma profissão, antes de sermos o suporte dessa atividade econômica específica, o homem. A onipresença do Estado moderno, de plantão nas portas das maternidades como das câmaras mortuárias, nos confere o estatuto de cidadão, ou nos risca do rol dos "nacionais", sem nos deixar muita oportunidade de algo fundamental e prévio: não existimos se não temos um registro civil em cartório.

E lá ficou, no século XVIII, Rousseau a nos dizer no Emílio: "... sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é a condição humana; e quem for bem preparado para esta, não poderá descumbrir-se mal das demais, que com ela se relacionam. Que meu aluno esteja destinado às armas, ao clero, ou ao fórum, pouco me importa. Antes do chamado dos pais, chama-o a natureza à vida humana. Viver é a profissão que lhe quero ensinar. Saindo de minhas mãos não será, estou de acordo, magistrado, soldado ou padre; será homem, primeiramente: tudo o que um homem deve ser, ele saberá sê-lo, no momento oportuno, como qualquer outra coisa; a fortuna poderá fazê-lo mudar de situação; ele guardará sua condição".

Lembro-me de Rousseau, quando penso nos efeitos funestos, sobre a educação, de uma política social apenas economicamente justificada: nesta, a educação jamais será um direito do homem, direito fundamental; será uma paga pelo compromisso com um sistema de produção (tanto socialista quanto capitalista), ou um adiantamento por conta de tal compromisso (o investimento). Porque uma coisa é a consciência da responsabilidade social que, se é certamente mediatizada por um trabalho, ao invés de absorver-se neste, está constantemente a revê-lo, a discuti-lo, a criticá-lo; outra coisa, completamente diversa, senão oposta, é o condicionamento imperioso por um mercado x de trabalho, que liquida sumariamente com a noção de oportunidade, quer no trabalho, quer em educação. Na visão de uma política social justificada tão-somente pela economia, um sistema de ensino é a contrapartida humana (?) das linhas de montagem: a atomização da educação, a desmobilização da iniciativa e do engenho e a concentração da globalização do processo produtivo em minorias cada vez mais definidas (e qualificadas, muitas vezes, apenas pela fortuna, cuja interferência na educação J. J. Rousseau tanto temia).

"É preciso que (o educando) trabalhe como um camponês e reflita como um filósofo, para que não seja tão indolente como um selvagem", dizia Rousseau. O ensino profissionalizante pelas diretrizes daqueles a quem apenas a fortuna confiou tarefas de direção é muitas vezes a ruptura desse equilíbrio entre dignidade humana e trabalho produtivo, que a educação deve criar e conservar. Pode ser um ensino profissionalizante, mais do que a iniciação amarga nas desigualdades sociais, sua institucionalização. E isso ocorre sempre que o ensino profissionalizante não vier na esteira de uma universalização do ensino básico: ele irá discriminar, então, os já marcados pela desigualdade, na origem. Em outras palavras, haverá um ensino "terminal" para os deserdados, enquanto para o benefício dos afortunados se criará uma educação acumulada (acrescentando-se sempre um novo grau ao último), mal denominada de educação permanente.